

A Ideologia de Piketty¹

Piketty's Ideology

Resenha:

PIKETTY, Thomas. *Capital et Idéologie*. Paris: Seuil, 2019, pp. 1324 (edição digital).

Piketty se tornou mundialmente famoso em 2014 com a publicação da tradução para a língua inglesa do seu livro *O Capital no Século XXI*. Nessa obra, o economista francês defendeu a tese de que no início do século XXI vive-se um aumento das desigualdades de renda e riqueza. De acordo com Piketty (2014), apesar de o mundo ter vivenciado no século XX, em especial entre 1950-1980, o seu período mais igualitário (registrado), a partir da década de 1980, com a “Revolução Conservadora” dos governos de Thatcher e Reagan, as desigualdades vêm aumentando com a formação de uma sociedade de rentistas (ou hiperpatrimonialista) e de uma sociedade hipermeritocrática, com salários exorbitantes para os superexecutivos de grandes empresas decorrentes dos acordos entre os CEO's das grandes empresas com os comitês de remuneração. Esses dois tipos de desigualdades, segundo a leitura do autor, podem se encontrar em uma mesma sociedade e, portanto, se nada for feito, as desigualdades socioeconômicas se agravarão cada vez mais no século XXI e fatalmente chegaremos ao período de maior desigualdade de nossa história.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de Financiamento 001.

* Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: juliohc7@hotmail.com

Recebido em: 02/04/2021 - Aceito em: 26/06/2021

O remédio para o problema das desigualdades contemporâneas no pensamento de Piketty (2014) é o imposto global sobre capital. Com esse imposto, Piketty (2014) rejeita as saídas nacionalistas (que muitas vezes se aproximam da xenofobia) e defende a cooperação fiscal entre os diferentes países do globo, visando preservar a abertura econômica e as forças de concorrência. O imposto global sobre capital, no pensamento de Piketty (2014), controlaria o processo da desigualdade de forma democrática, por meio de novos mecanismos fiscais que permitiriam conter a progressão ilimitada da desigualdade mundial e regularia o capitalismo, gerando conhecimento e informação sobre os patrimônios e as fortunas mundiais, permitindo um debate sobre os desafios econômicos e sociais contemporâneos.

Após a publicação d'O *Capital no Século XXI*, Piketty recebeu uma série de críticas por suas teses, originadas principalmente do campo heterodoxo de esquerda e não, como se esperava, do *mainstream* econômico (Goldhammer, 2017). Talvez a mais comum delas seja a acusação de que Piketty (2014) teria visto as desigualdades socioeconômicas como uma consequência da lógica de funcionamento do capitalismo e, portanto, sem levar em conta os fenômenos políticos, jurídicos e sociais que permitiram as desigualdades vivenciadas hoje². Isso ficaria particularmente evidente pelo fato de o economista francês afirmar que as guerras mundiais foram as principais responsáveis pela diminuição das desigualdades socioeconômicas no século XX, mas sem debater os fenômenos políticos e jurídicos por trás dessa consideração e, sem se dar conta que o país mais igualitário do período, a Suécia, não se envolveu em nenhuma das duas guerras³.

Foi na reação a essas críticas que Piketty, em 2019, lançou um novo livro, intitulado de *Capital et Idéologie*. Nessa obra, o economista francês investiga de que modo as relações políticas, sociais, econômicas e ideológicas estão relacionadas com as desigualdades contemporâneas. A tese central de Piketty (2019) é que a desigualdade é um fenômeno político e *ideológico* – não meramente como o resultado do desenvolvimento econômico ou tecnológico. Destaca-se que, no pensamento de Piketty (2019), ideologia não possui o sentido negativo e quase pejorativo que é tradicionalmente associado ao termo (como em Marx). Ideologia é vista em sentido positivo e construtivo,

2 Ray (2015); Hopkin (2014); Grenier (2015); Acemoglu e Robinson (2015); Jacobs (2017); Kaufmann e Stützle (2017).

3 Hopkin (2014), Acemoglu e Robinson (2015) e Delalande (2015)

enquanto um conjunto de ideias e discursos *prima facie* plausíveis que visam descrever o modo como a sociedade deve ser estruturada, i.e., “[...] é uma tentativa mais ou menos coerente de dar respostas a um conjunto extremamente amplo de questões sobre a organização desejável ou ideal da sociedade [...]” (PIKETTY, 2019, p. 27).

Piketty (2019) afirma que ver a desigualdade como um fenômeno político-ideológico não implica que ela possa ser magicamente eliminada, mas sim no fato de que se deve levar a sério a diversidade ideológico-institucional das sociedades humanas e ter cuidado com todos os discursos que visam naturalizar as desigualdades e negar a existência de alternativas. Para o autor, as sociedades são construídas em torno de um projeto político e ideológico particular, baseado em relações de poder específicas e um sistema legal e institucional também específicos. Desse modo, todas as sociedades humanas dependem de construções político-ideológicas determinadas, sobre as quais instituem um regime de propriedade e, portanto, uma realidade humana, social e material particular, que se mantém por meio de um *mix* que envolve consentimento e coerção. A igualdade e a desigualdade são construções sociopolíticas frágeis, sobre as quais não há qualquer aspecto que deva ser tomado como certo ou imutável, mas tudo pode – a qualquer momento – ser transformado pelos mesmos meios que foram instituídos, seja para melhor ou pior.

Para que se possa entender o mundo de hoje, e isso inclui as desigualdades contemporâneas, é necessário que se olhe para o mundo de ontem e os desenvolvimentos político-ideológicos que solidificaram as organizações sociais do presente. Desse modo, Piketty (2019) empreende um estudo sobre a organização socioeconômica e suas desigualdades ao longo dos três últimos séculos: estuda as organizações sociais e as desigualdades das sociedades ternárias (ou trifuncionais) dos séculos XVII e XVIII (o feudalismo europeu, por exemplo); do capitalismo proprietarista dos séculos XIX e XX (i.e., o capitalismo industrial, que se forma a partir da revolução francesa); assim como a Social-Democracia (dominante no século XX); e aquilo que o autor chama de neoproprietarismo, originado a partir da “Revolução Conservadora” da década de 80 do século XX e ideologia dominante nesse início de século XXI (i.e., o capitalismo financeiro do livro de 2014).

Piketty (2019), ao expor as desigualdades como fenômenos ideológicos, altera uma das principais premissas da obra de 2014, a saber, a explicação da ascensão das sociais-democracias e queda das desigualdades entre 1950 e 1980 estariam nas guerras mundiais e nos choques exógenos. Em *Capital et Idéologie*, portanto, o mundo se tornou mais igualitário no século XX porque

houve constantes lutas sociais, e conseqüentemente a implementação de novas instituições políticas (frutos de estratégias específicas), sociais e fiscais. O economista francês afirma que nesse início de século XXI vive-se sob a ideologia do capitalismo (financeiro) proprietarista, pois a Social-Democracia fracassou em seus propósitos após a queda do comunismo real⁴: não conseguiu garantir a igualdade no local de trabalho, nem a igualdade de formação e conhecimento, não apresentou uma alternativa para superar a propriedade privada e não aplicou um imposto progressivo sobre a propriedade, assim como não elevou à níveis transnacionais as suas conquistas – enquanto o proprietarismo emplacou a globalização. Porém, segundo Piketty (2019), a atual ideologia da globalização, tal como se desenvolveu nas décadas de 1980 e 1990, está em crise e em processo de redefinição.

Para Piketty (2019) é tempo de começar a pensar em novas experiências de cogestão e autogestão – como aquelas vivenciadas nas sociedades germânicas e nórdicas – visando ao desenvolvimento de um socialismo participativo ou social-federalismo “[...] compatível com o internacionalismo e o federalismo democrático para promover a redistribuição da riqueza e a justiça social [...]” (PIKETTY, 2019, p. 1131). Piketty (2019) afirma que sob os rótulos do socialismo participativo e do social-federalismo há elementos que retomam, em grande parte, aos desenvolvimentos visíveis em diferentes partes do mundo e colocam esses desenvolvimentos numa perspectiva histórica mais ampla. O economista francês afirma estar “[...] convencido de que é possível ir além do atual sistema capitalista e traçar os contornos de um novo socialismo participativo para o século XXI, ou seja, uma nova perspectiva igualitária com um objetivo universal, baseado na propriedade social, na educação e na partilha de conhecimento e poder [...]” (PIKETTY, 2019, p. 1226).

O Socialismo Participativo almeja a substituição do modelo de propriedade privada dos meios produtivos para um *mix* entre propriedade pública, propriedade social e propriedade temporária, que a partir da circulação contínua da propriedade privada visa impedir a acumulação. Desse modo, a propriedade pública dos meios produtivos tem o Estado central – ou uma autoridade local, ou ainda uma agência sob o controle das autoridades públicas – como

4 Para Piketty (2019), “o fracasso dramático” da URSS – que outrora era o desafio mais radical à ideologia do proprietarismo – foi o principal combustível para o ressurgimento do liberalismo econômico na década de 80/90 do século passado, com o desenvolvimento de novas formas de sacralização da propriedade privada, de modo que hoje, na Rússia, por exemplo, vive-se o (res)surgimento de oligarquias e de riquezas escondidas em estruturas opacas dentro de paraísos fiscais.

proprietário de uma empresa, frente aos acionistas privados, visando equilibrar o poder do proprietário privado com o poder público (esse era o tipo de propriedade na URSS). No modelo de propriedade social, os trabalhadores participam da gestão das empresas e partilham o poder com acionistas privados podendo, inclusive, expulsá-los por completo da empresa. Nesse modelo, objetiva-se partilhar o poder e o controle sobre os meios de produção ao nível das empresas (esse é o modelo nórdico e germânico de cogestão e autogestão dos trabalhadores). Já no regime de propriedade temporária, os proprietários privados mais ricos devem devolver anualmente à comunidade uma parte do que possuem, para permitir a circulação de bens e uma menor concentração da propriedade privada e do poder econômico.

Piketty (2019) afirma que esses três regimes de propriedade são complementares entre si e o *mix* entre elas pode superar o capitalismo de forma sustentável. A propriedade social do capital partilhado entre acionistas e trabalhadores e a ideia de propriedade temporária são os pilares do Socialismo Participativo e do Social-Federalismo e formam o conceito de propriedade justa. Elas sozinhas, porém, não conseguiriam superar o capitalismo. Desse modo, para evitar a concentração das propriedades, Piketty (2019) afirma ser necessário instituir um imposto progressivo sobre a propriedade, que visa assegurar a verdadeira circulação de capital. O imposto progressivo sobre a propriedade deve ser cobrado anualmente, com base no total dos ativos detidos, que pode ser considerado como um índice de capacidade de pagamento mais revelador e sustentável (e, em certa medida, menos facilmente manipulável) do que a renda anual.

Piketty (2019) afirma que a tributação progressiva da propriedade parece ser um instrumento indispensável para assegurar maior circulação e difusão da propriedade, e julga que seu projeto cria um sistema público de herança para todos, de modo que, por exemplo, pode permitir que todos os jovens adultos, aos 25 anos, tenham um capital. Esse sistema público de heranças seria preferível, pois enquanto a herança privada conduz a uma considerável incerteza quanto à idade em que se receberá a herança, há também o fato de que nem todos partilham dessa loteria social de nascerem em uma família que possui riqueza e capital para serem legados. O autor acredita que o sistema público de heranças seria responsável por permitir um rejuvenescimento muito forte do patrimônio, excelente fator de dinamismo social e econômico. Sua principal novidade estaria no fato de utilizar tanto as receitas de impostos sucessórios como um imposto anual e progressivo sobre a propriedade para financiar a dotação de capital, o que possibilitaria alcançar montantes

muito maiores e uma circulação substancial e permanente de propriedade. Segundo o autor, tem-se com o sistema público de heranças uma generalização da noção de reforma agrária, transformando-a em um processo permanente de todo o capital privado.

Cabe destacar que no pensamento do economista francês a introdução de um imposto progressivo sobre a propriedade, permitindo o financiamento de uma dotação de capital universal, não teria sua influência restrita ao nível local, mas poderia contribuir, também, para enfrentar os abusos da desigualdade e de identidade do atual capitalismo globalizado. Para isso seria necessário o desenvolvimento de uma nova forma de organização da globalização, com tratados de co-desenvolvimento que coloquem em seu centro objetivos quantificados de justiça social, fiscal e climática e condicionem a busca de fluxos comerciais e financeiros à sua realização⁵. Esta redefinição do quadro jurídico exige a retirada de uma série de tratados existentes, nomeadamente os acordos de livre circulação de capitais em vigor desde os anos 80 e 90, que impedem a realização destes objetivos, e a sua substituição por novas regras baseadas na transparência financeira, na cooperação fiscal e na democracia transnacional.

Deve-se destacar que naquilo que diz respeito às democracias domésticas, Piketty (2019) afirma que desde os anos de 1980 os partidos de esquerda (social-democratas, assim como trabalhistas, socialistas e comunistas) estão experienciando derrotas eleitorais sucessivas ao redor do mundo⁶. O motivo disso, segundo o autor, é que após o fracasso das experiências sociais-democratas, as eleições e os processos eleitorais não podem mais ser entendidos sob a chave de luta de classes. Eles devem ser vistos por meio da dinâmica de múltiplas elites (*élites multiples*) e, portanto, sob a chave das disputas ideológicas, sobre a qual os eleitores mais bem instruídos votam nos partidos de esquerda, enquanto os menos instruídos e mais pobres votam na direita.

O economista francês afirma que é necessário uma reforma radical do sistema de financiamento e de governança da mídia e dos partidos políticos, de modo a permitir que cada sensibilidade se expresse de forma igualitária (“uma pessoa, um voto”, e não “um dólar, um voto”), respeitando a diversidade de pontos de vista e a necessidade de mudança. A ideia do autor é que

5 Destaca-se que para Piketty (2019) a questão climática só pode ser vista como uma questão complementar da justiça social, sobre o qual julga-se ser uma melhor solução aquela que tem por objetivo tributar de forma progressiva as emissões de carbono a nível dos consumidores individuais.

6 Segundo Kohl (2019) esse é o principal achado empírico do *Capital et Idéologie*.

não pode ocorrer qualquer tipo de interferência financeira ou econômica no processo político. Assim, não pode ocorrer a interferência direta, por meio do financiamento de partidos políticos e campanhas, nem indireta, através dos meios de comunicação social (rádio, TV, Internet), grupos de reflexão ou universidades. A solução encontrada por Piketty (2019), seguindo sua esposa, Julia Cage (2020 [2018]), é a distribuição de *vouchers* anuais de mesmo valor para todas as pessoas, possibilitando-as escolher o partido político ou o movimento político de sua preferência para receber aquela quantia.

Piketty (2019) afirma que o sistema de *vouchers* de igualdade democrática seria acompanhado de uma proibição total das doações políticas de empresas e outras entidades jurídicas e de um radical limite máximo para as doações e contribuições de particulares. Além disso, o autor afirma que este regime de financiamento político seria também acompanhado de obrigações extremamente rigorosas com os partidos e movimentos políticos que desejam nomear candidatos às eleições, tanto no que se refere à publicação das suas contas como à transparência dos seus estatutos e regras internas de governança, por vezes extremamente opacas. O objetivo central dos *vouchers* de igualdade democrática é promover a democracia participativa e igualitária. O espírito é tornar a democracia parlamentar mais dinâmica e participativa, permitindo que todos os cidadãos, independentemente da sua origem social e dos seus meios financeiros, participem continuamente na renovação dos movimentos políticos e das organizações coletivas. Só assim, poderão conceber plataformas políticas e eleitorais que serão depois objeto de deliberações e decisões nas assembleias eleitas.

Finaliza-se assim o panorama geral da obra de Piketty. Acredita-se que *Capital et Idéologie*, com seu diagnóstico, possui uma importância ímpar para todos aqueles que desejam estudar as desigualdades sociais ao longo da história. Piketty marca um ponto verdadeiramente positivo ao fazer regresso sobre as desigualdades ao longo dos três últimos séculos, pesquisando não apenas os dados econômicos – como foi n' *O Capital no Século XXI* –, mas principalmente o modo como as sociedades se comportavam e aceitavam suas desigualdades. Desse modo, pode-se ver o diagnóstico do *Capital et Idéologie* como complementar ao d' *O Capital no Século XXI*, sobre o qual o ponto falho do livro de 2014 (ver as desigualdades como um fenômeno independente das questões políticas) é corrigido por meio da pesquisa histórico-econômica.

O ponto mais fraco do trabalho de Piketty talvez seja o conceito de ideologia. Apesar de dar nome ao livro e de muitas vezes o autor dar a entender que

sua pesquisa empírica está relacionando à ideologia dominante de uma época com a sua desigualdade, o autor não define e conceitualiza, de modo preciso, a ideia de ideologia que adota em sua obra. O único momento pelo qual Piketty (2019) arrisca uma definição é no início do livro, quando afirma que não a verá como um conceito negativo (de falsa consciência) como em Marx, mas enquanto um conceito propositivo. Mas o que seria um conceito propositivo de ideologia? O autor não define. Faltou ao *Capital et Idéologie*, como faltou a *O Capital no Século XXI*, comprometimento com os trabalhos de filosofia política, teoria política e sociologia política. Faltou, pode-se dizer, compromisso normativo explícito. Claro, Piketty é um economista e o que vem fazendo nos debates sobre as desigualdades é digno de elogio, porém, julga-se que o trabalho do economista francês teria muito a ganhar com as discussões das ciências humanas e filosofia e se tornaria ainda mais completo se assumisse compromissos normativos mais explícitos.

Com isso não se quer dizer que Piketty não possua compromissos normativos. Julga-se que Piketty é um defensor do Igualitarismo Social⁷. A defesa da superação do Capitalismo, em nome do Socialismo Participativo, nada mais é do que o caráter social-igualitarista de Piketty falando mais alto. Assim, a preocupação com as desigualdades não é meramente uma questão econômica, de crescimento e tecnológica, mas diz respeito também a vida política das pessoas, sobre a qual, a grande preocupação é assegurar o *status* moral de igualdade entre os membros da sociedade (e indo mais além, do mundo). Deve-se também destacar que os mecanismos utilizados por Piketty (2019) para a implementação do Socialismo Participativo são vistos como políticas de pré-distribuição de capital e, portanto, os objetivos do Socialismo Participativo são consonantes com a ideia de que o papel do Estado não é apenas

7 O projeto político-filosófico do igualitarismo social remete a autores como Jean-Jacques Rousseau e John Rawls. E deve ser visto como sinônimo da igualdade democrática (Anderson, 1999) e do igualitarismo não-intrinseco (O'Neill, 2008). Confira também Scanlon (2003 [1996]), Scheffler (2003; 2005) e Petroni (2017). De modo bastante resumido, pode-se afirmar que, frente ao Igualitarismo de Fortuna (*Luck Egalitarianism*), o Igualitarismo Social defende que há um *status* de igualdade moral inerente a todas as pessoas e que, portanto, uma sociedade justa é aquela que respeita essa igualdade. Desse modo, as considerações sobre justiça social não se dão em discussões meramente *distributivas* ou *redistributivas*, mas enquanto discussões que levam em conta os *valores relacionais* das pessoas (i.e., o *status* de igualdade moral). A busca pela igualdade, segundo o Igualitarismo Social, não se dá por meio (ou objetivando) da própria igualdade, mas em vista de outros valores sociais – onde a igualdade é um valor importante, mas não único. O Igualitarismo Social, portanto, não visa meramente distribuir ou redistribuir bens, mas antes de tudo assegurar que não haja diferenças de *status* entre os cidadãos (e as cidadãs) de uma sociedade democrática, ao ponto de que suas relações não possam mais ser vistas como uma relação de iguais.

de amenizar a pobreza daqueles que não herdaram nenhuma riqueza da sociedade, mas garantir que todos os cidadãos e as cidadãs de uma sociedade se beneficiem dos retornos do capital (O'Neill, 2020)⁸.

Segundo O'Neill (2020), a pré-distribuição do capital seria alcançada por meio de uma mistura de meios privados⁹, operando simultaneamente ao lado de um “Estado Socialista” que ampliaria a propriedade coletiva e pública do capital por meio de instituições semelhantes aos fundos soberanos contemporâneos de riqueza¹⁰. Dessa maneira, o Socialismo Participativo de Piketty com seu *mix* de propriedades, o sistema público de heranças e a reforma agrária constante, poderia ser visto como essa compatibilização entre um regime de meios produtivos privados e um Estado Socialista (ainda que não marxista)¹¹. Destaca-se que o regime pré-distributivo do capital está em consonância com a visão do Igualitarismo Social, sobre o qual as políticas de pré-distribuição recebem esse nome, mas são um conjunto de políticas econômicas igualitárias justificadas por uma concepção igualitária que vai além de uma preocupação apenas com a distribuição de bens e dinheiro, mas que se preocupa de forma central com o *status* e o poder nos resultados econômicos.

Pode-se, assim, afirmar que o prognóstico do *Capital et Idéologie* é mais sofisticado do que o imposto global sobre o capital apresentado na obra de 2014 e consegue ressaltar o caráter igualitarista de Piketty – que já estava presente n’*O Capital no Século XXI*, mas de modo muito incipiente e que permitiu as leituras de Piketty enquanto um neokeynesiano, defensor do capitalismo, do *neoliberalismo* e do *status quo* (nas mais diversas acepções que esses conceitos possam significar). Desse modo, diferentemente dessas leituras, e com O'Neill (2020), acredita-se que o trabalho do economista francês pode ser rastreado na mesma escola econômica de James Meade e, posteriormente, Atkinson, sobre o qual o caráter pré-distributivista do capital no pensamento de Piketty não é um efeito colateral de sua obra, mas sua principal contribuição

8 A definição ofertada por O'Neill (2020) deriva do pensamento do economista britânico James Meade. Meade foi orientador de Atkinson, que por sua vez orientou Piketty.

9 Segundo O'Neill (2020), no pensamento de Meade a Democracia de Cidadãos-Proprietários seria esse mecanismo privado.

10 De acordo com O'Neill (2020), Meade descreveu a combinação dessas formas públicas e privadas de pré-distribuição de capital como a união de uma forma de “Socialismo Liberal”.

11 Destaca-se que O'Neill (2020) afirma que Piketty enfatizou a necessidade de buscar a pré-distribuição e a redistribuição de modo complementar e não substituto.

enquanto um anticapitalista, que tem como objetivo extirpar as desigualdades sociais do mundo, não porque elas impedem o crescimento econômico ou o desenvolvimento tecnológico, mas pelo fato delas ameaçarem o *status* de igualdade entre as pessoas, enfraquecendo a justiça social e a democracia. Assim, acredita-se que o Socialismo Participativo, junto à *Democracia de Cidadãos-Proprietários* defendida por autores como James Meade e John Rawls (2001), por exemplo, pode ser visto como uma *utopia realizável*, para usar o termo de Rawls, como um ideal social pelo qual valha a pena lutar e um campo de pesquisa social que merece ser desbravado, pois objetiva a superação das desigualdade sociais, assim como as desigualdades de poder e *status*, por meio da dispersão contínua da propriedade privada dos meios produtivos e da defesa da democracia liberal com participação realmente efetiva das pessoas em seus mundos políticos e sociais.

Não resta outra coisa a dizer, a não ser que *Capital et Idéologie* é uma obra interessante e fundamental para todos aqueles que se interessam pelas discussões sobre desigualdades, justiça social e capitalismo e que suas mais de mil páginas merecem ser lidas com afinco e perseverança ao debate, pois Piketty consegue, mais uma vez, escrever de maneira bastante clara temas espinhosos.

Agradecimento

Agradece-se a leitura, comentários e correções dos grandes amigos Eduardo de Borba e Danilo Caretta Camara. Sem as leituras caridosas e encorajadoras de ambos, esse trabalho não seria possível. Agradeço também a atenção dada pela minha companheira Samantta Lopes Portela aos problemas eventuais de português que foram apontados e corrigidos. Obviamente, que qualquer erro ou imprecisão é de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Referências

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. The Rise and Decline of General Laws of Capitalism. In: *Journal of Economic Perspectives*, 2015, Vol. 29, N. 1 – Winter. pp.3-28.
- ANDERSON, Elizabeth S. What's the point of equality? In: *Ethics*. 1999, vol. 102, n. 2. pp. 287 – 337.

- CAGE, Julia. *The Price of Democracy. How money shapes politics and what to do about it*. Trad.: Patrick Camiller. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2020.
- DELALANDE, Nicolas. Toward a Political History of Capital? In: *Annales HSS*, 2015, 70, no. 1 (January-March), pp. 45-56.
- GOLDHAMMER, Arthur. The Piketty Phenomenon. In: BOUSHEY, Heath; DeLONG, J. Bradford; STEINBAUN, Marshall (org.). *After Piketty : the agenda for economics and inequality*. Cambridge, Massachusetts : Harvard University Press, 2017. pp. 36-59.
- GRENIER, Jean-Yves. The Dynamics of Capitalism and Inequality. In: *Annales HSS*, 2015, 70, no. 1 (January-March), pp. 7-20.
- HOPKIN, Jonathan. The politics of Piketty: what political science can learn from, and contribute to, the debate on *Capital in the Twenty-First Century*. In: *The British Journal of Sociology*, 2014, Volume 65, Issue 4. pp. 678-695.
- KAUFMANN, Stephan; STÜTZLE, Ingo. *Thomas Piketty's Capital in the Twenty-First Century: An Introduction*. Trad.: Alexander Locascio. Londres, Nova Iorque: Verso, 2017.
- KOHL, Sebastian. Herrschaftslehren des Kapitals. In: *Soziopolis*, 2019, publish online. Hamburger Institut für Sozialforschung. Disponível em: <https://www.sozio.polis.de/lesen/buecher/artikel/herrschaftslehren-des-kapitals/>. Acesso em 21 de maio de 2020.
- MEADE, James E. *Efficiency, Equality and the Ownership of Property*. Oxon: Routledge. 2012 [1964].
- O'NEILL, Martin. Power, Predistribution, and Social Justice. In: *Philosophy*. 2020. pp. 63-91. doi:10.1017/S0031819119000482.
- O'NEILL, Martin. What Should Egalitarians Believe. In: *Philosophy & Public Affairs*. 2008. 36, n. 2, pp. 119 – 156.
- PETRONI, Lucas. *A Moralidade da Igualdade*. 2017. 293f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Trad.: Mônica Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- RAWLS, John. *Justice as fairness: a restatement*. Erin Kelly (ed.). Cambridge and London: THE BELKNAP PRESS OF HARVARD UNIVERSITYPRESS. 2001.
- RAY, Debraj. Nit-Piketty: A Comment on Thomas Piketty's Capital in the Twenty First Century, In: *CESifo Forum, ifo Institute - Leibniz Institute for Economic Research at the University of Munich*, 2015, vol. 16(01). pp. 19-25.
- SCANLON, T. M. The Diversity of Objections to Inequality. In: SCANLON, T. M. *The Difficulty of tolerance: essays in political philosophy*. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo: Cambridge University Press, 2003. pp. 202-219.
- SHEFFLER, Samuel. Choice, circumstance, and the value of equality. In: *Politics, Philosophy & Economics*. 2005. 4(1). DOI: 10.1177/1470594X05049434.
- SHEFFLER, Samuel. What is Egalitarianism? In: *Philosophy and Public Affairs*. 2003. vol. 31 pp. 5-39.